



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A ALTERAÇÃO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (PL 8085/14)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Dos Sr. Fred Costa)

Requer a realização de audiência pública para debater as alterações no Código de Trânsito Brasileiro sob a perspectiva dos Centros de Formação de Condutores (CFCs)

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 24, III c/c art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão Especial destinada a analisar as alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com o objetivo de debater as propostas em tramitação sob a perspectiva dos Centros de Formação de Condutores (CFCs), entidades diretamente responsáveis pela formação de motoristas no país.

Para tanto, sugere-se o convite aos seguintes representantes:

1. **Edivaldo Roberto Dutra:** empresário do setor de formação de condutores;
2. **Fernando Luiz Ronchi:** empresário do setor de formação de condutores;
3. **Noel Axcar:** advogado especialista em trânsito no setor de autoescolas;
4. **Rhenan Andriolli Sampaio:** secretário da Associação das Autoescolas de São Paulo – AAESP.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Especial instituída para analisar alterações no Código de Trânsito Brasileiro examina um conjunto amplo de proposições — mais de 270 projetos — que tratam de temas sensíveis como segurança viária, formação de condutores, exames de habilitação e até a eventual redução da idade mínima para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Nesse contexto, destaca-se que o próprio plano de trabalho da Comissão prevê a realização de audiências públicas específicas para discutir a formação de motoristas, reconhecendo a centralidade desse tema para a segurança no trânsito e para a efetividade das normas legais.

Os Centros de Formação de Condutores (CFCs) desempenham papel essencial nesse processo, sendo responsáveis pela capacitação técnica, prática e comportamental dos futuros motoristas. Eventuais mudanças legislativas que impactem a carga horária, os conteúdos obrigatórios, os exames teóricos e práticos ou os requisitos para habilitação terão reflexos diretos sobre a qualidade da formação dos condutores e, conseqüentemente, sobre a segurança viária.

Representantes do setor já manifestaram preocupação com possíveis flexibilizações no processo de habilitação, como a redução de exigências formativas e alterações nos exames, que podem resultar na formação de condutores menos preparados e aumentar os riscos no trânsito.

Além disso, o Brasil ainda enfrenta elevados índices de acidentes e mortes no trânsito, o que reforça a necessidade de que qualquer alteração no CTB seja precedida de amplo debate técnico, com a participação dos atores diretamente envolvidos na formação de condutores.

Dessa forma, a realização da presente audiência pública permitirá colher contribuições qualificadas do setor de formação de condutores, assegurando que o processo legislativo considere evidências práticas, desafios operacionais e impactos concretos das mudanças propostas.

A escuta ativa dessas entidades contribuirá para o aperfeiçoamento das proposições em análise, garantindo que eventuais reformas no Código de



